Artigo

"EM BUSCA DO TEMPO PERDIDO": CONTRIBUIÇÃO AO ESTUDO DA CIDADE CONTEMPORÂNEA

Eda Góes*

Resumo: Abordando a questão da violência, no âmbito dos estudos sobre a cidade contemporânea, buscamos demonstrar a importância dos estudos históricos entre as pesquisas interdisciplinares necessárias ao enfretamento da complexidade que caracteriza o urbano. Utilizando principalmente entrevistas, voltamos nossa atenção às representações sociais da violência e a sua expressão, material e simbólica, nessas realidades não metropolitanas do Estado de São Paulo.
Palavras-chave: cidade contemporânea, temporalidade, violência urbana

Abstract: *Boarding violence, in the range of studies about the contemporary city, we searched to demonstrate the importance of the historical studies among interdisciplinary researches necessary to confront the complexity that characterises the urban. Using mainly interviews, we turned our attention to the social representations of violence its material and symbolic expression in non-metropolitan areas of Sao Paulo State realities.*
Key words: *contemporary city, temporality, urban violence*

Sem perder de vista o reconhecimento de que as perspectivas interdisciplinares são fundamentais para o enfrentamento da complexidade crescente que caracteriza o urbano, buscamos nesse trabalho demonstrar que a contribuição da História, particularmente da História Social e da História da Cidade, é imprescindível, sobretudo, diante de "um presente que se propõe eterno, recusando projetos alternativos" (RIBEIRO, 2005). Pela revalorização da temporalidade e da multiplicidade de movimentos que a perspectiva histórica possibilita, é o próprio movimento que se recupera e, com ele, também o papel dos sujeitos.

No âmbito da questão urbana, o tema da violência, de suas representações sociais e da sua expressão, material e simbólica, em cidades médias do Estado de São Paulo será abordado neste artigo, utilizando-se como principal fonte de pesquisa entrevistas realizadas com moradores das cidades de Marília, Presidente Prudente e São Carlos, em 2008 e 2009[1].

Sobre a eternização do presente e suas consequências

Recorrendo amplamente à metáfora dos líquidos (Modernidade líquida, Medo líquido, Amor líquido, Tempos líquidos...), Zygmunt Bauman (2007) identifica cinco mudanças importantes experimentadas atualmente. Todas elas fornecem subsídios para a que dimensionamos a insegurança contemporânea, como eixo articulador da própria vida nas cidades.

Em primeiro lugar, "a passagem da modernidade sólida para a modernidade líquida" (BAUMAN, 2007, p.7), na qual as organizações sociais (instituições que asseguram a repetição de rotinas, limitam comportamentos...) não podem mais manter sua forma por muito tempo e nem se espera que o façam, tornando inviáveis, por exemplo, projetos de vida. Tomando como referência as relações entre tempo e espaço, identifica nas cidades, a expressão de tal passagem na sua fragmentação e, nas cidades brasileiras, particularmente, podemos reconhecê-la na presença dos loteamentos fechados. Sobre o significado e as implicações dessas constatações, a observação de Bernardo Secchi suscita a reflexão:

> *O fragmento nos embaraça. A história da cidade moderna, como aquela de toda a modernidade, entre o Renascimento e o século XX, foi dominada pela figura da continuidade. [...] Separar e afastar transformou-se no grande paradigma de toda moderna política urbana, produziu bairro, hospitais, escolas e universidades, teatros e estádios, como lugares de alta especialização. Fragmentando a cidade, as transformou em ilha, [...] Temos que admitir que o fragmento trabalhou muito tempo dentro da modernidade* (SECCHI, 2007, p. 124-126).

Em segundo lugar, Bauman (2007, p.8) discute "a separação entre poder e política", uma vez que, grande parte do poder de agir efetivamente, antes disponível ao Estado Moderno, agora se afasta em direção ao espaço global. Exemplar é o problema do desemprego, identificado como central por muitos cidadãos, mas cujos fatores são relacionados a decisões tomadas muito além das próprias fronteiras da nação.

Frente à realidade das cidades pesquisadas, frente aos indícios de uma política municipal esvaziada, inclusive com boa parte das suas "autoridades" (juízes, promotores, delegados...) residindo em loteamentos fechados, além de parte crescente das classes médias dessas cidades, perguntamos: se autoridades e segmentos importantes das classes médias, além da elite, optam por residir nesses espaços fechados e controlados, o interesse pelo exercício da cidadania resta apenas aos pobres e despossuídos?

Em terceiro lugar, "o fim da segurança comunal" (BAUMAN, 2007, p.8), que também diz respeito à segurança garantida pelo Estado, mas é decorrente do fato de que a sociedade é cada vez mais representada como rede, do que como uma estrutura, o que reforça a importância da constatação da fragmentação urbana, ao mesmo tempo em que desvenda os significados de estratégias que procuram simular a presença de comunidades, no interior dos muros dos loteamentos fechados presentes nas três cidades pesquisados, por exemplo, ou de "redes invisíveis", entre loteamentos, onde elas não existem efetivamente, como a vida nesses *habitats* fechados tende a ir evidenciando aos poucos.

Em quarto lugar, Bauman (2007, p.10) constata que "as responsabilidades, não [são] mais sociais, mas individuais", o que implica, além de um enorme peso nos ombros dos indivíduos, numa valorização de virtudes, não mais centradas no respeito às regras, mas na flexibilidade. Embora sejam inúmeros os desdobramentos possíveis, destacamos dois deles, escolhidos por sua importância, um relativo à escala global e outro a nacional.

Muitos autores têm discutido a mudança de eixo da organização social da produção, para o consumo, ou, em outros termos, de uma organização baseada na disciplina,

para outra em que as regras não são mais necessárias, bem como, deixou de ser necessária uma parte crescente dos trabalhadores.

A despeito do caráter polêmico de tal perspectiva, ela nos fornece um parâmetro para explicar outras mudanças, como aquelas relacionadas ao comportamento dos jovens moradores de muitas periferias urbanas, e não apenas brasileiras, que têm sido constatadas por pesquisadores em relação às transformações na linguagem, desses jovens, por exemplo. Assim, de acordo com André (2004), até o início dos anos 1990, aproximadamente, *ladrão* era a forma característica dos agentes penitenciários e dos policiais se referirem aos presos, suspeitos ou condenados, enquanto atualmente, *ladrão* é cumprimento corriqueiro entre jovens da periferia, *entre manos.*

No caso brasileiro, a última constatação de Bauman possibilita a interpretação da reversão do sentido da emergência do sujeito, relacionada à transição em direção ao fim da ditadura militar (anos 1970-1980), num contexto em que a emergência dos movimentos sociais urbanos foi suplantada, inclusive pelas desilusões em relação à experiência com o socialismo real e às estratégias políticas a ele vinculadas, que teve forte impacto na produção acadêmica das Ciências Humanas.

Nesse sentido, é exemplar a perspectiva adotada no livro de Eder Sader, *Quando novos personagens entram em cena* (1988), cuja "cena", referida no título, é a cena política e social (do final da década de 1970), muitas vezes também da cidadania, enquanto hoje, trata-se da emergência do indivíduo, cada vez menos interessado nas suas conexões sociais, de vizinhança, etc., conforme os depoimentos que colhemos também demonstraram.

Por fim, "a impossibilidade de planejamento de longo prazo" (BAUMAN, 2007, p.9), que, quando aplicada à cidade, nos suscita o questionamento: estaremos nos confrontando novamente com a "colcha de retalhos", como foram representadas muitas cidades européias do século XIX, chamadas de "cidades liberais" por Leonardo Benévolo (2003), até que as primeiras reformas urbanas, iniciadas em Paris (século XIX), revertessem esse quadro? Mais uma vez, a reflexão de Bernardo Secchi é oportuna:

> *A nossa incapacidade em compreender plenamente a cidade contemporânea, de nos orientarmos dentro do seu caráter 'genérico', de colocar cada elemento, cada material que a constitui em um cenário, em um fundo, no qual adquira um sentido, parece ter eliminado toda a justificação e mesmo toda a necessidade de seu projeto. Talvez seja essa a razão pela qual muitas pesquisas recentes têm tentado reconstruir pacientemente as diversas raízes da fragmentação e da dispersão* (SECCHI, 2007, p.115-116).

Mas, se foi apenas de forma fragmentária, através de pistas e indícios (GINZBURG, 1989), que nossos entrevistados fizeram referência às dificuldades causadas por tal impossibilidade de visualizar o futuro, a supervalorização do presente foi predominante:

> *"com as medidas de segurança que a gente tomou, está de bom tamanho. Se no futuro a gente perceber que começou entrar bandidos e marginais em condomínios, aí nós vamos passar para um prédio, depois de prédio, se começarem a entrar, daí a gente não sabe para onde a gente vai, acho que daí vai para o céu! Ou para Miami, como a gente queria..." (Entrevista realizada em Marília).*

> *"Às vezes, a gente fica assim meio preocupada porque nesse condomínio mora um grande número de empresários de Marilia. Mas se um dia tiver que acontecer alguma coisa e tiver que entrar, vai entrar lá mesmo... Uma tentativa de seqüestro, coisa parecida, quer dizer, a gente não se preocupa, não conosco, e sim com outros empresários que pode ter esse tipo... e*

que a tentativa de seqüestro venha incomodar o condomínio, venha criar ou mudar... Uma coisa que nunca... , que nunca aconteceu" (Entrevista realizada em São Carlos).

Com base nas mudanças abordadas por Bauman, cuja particularidade talvez resida na capacidade de articular aspectos subjetivos com as mudanças objetivas, sobretudo de ordem econômica e política, tantas vezes constatadas por outros pesquisadores, como mudanças nas formas de acumulação de capital e de concentração industrial e tecnológica; mudanças na produção e nos processos e relações de trabalho; privatização e desregulamentação... chegamos a um quadro geral de "incerteza endêmica", de insegurança, que vai muito além da violência urbana, mas não a exclui.

Violência urbana, mídia e cidade

Muitos autores identificam relações de determinação entre globalização e urbanização, por um lado, e violência, por outro lado, a despeito das dificuldades de comprovação, decorrentes da sua complexidade. Pedrazzini (2006), por exemplo, aponta a necessidade de se analisar tais relações, como partes de um sistema socioespacial dinâmico, cujos elementos estruturantes seriam a economia liberal globalizada e a cidade como modelo liberal hegemônico, além de denunciar o reducionismo das análises fragmentadas da violência, que tendem a percebê-la como questão policial.

Entendemos que a violência é por natureza polissêmica e a chamada violência urbana, na realidade, envolve uma pluralidade de eventos, circunstâncias e fatores que tem sido, por um lado, imaginariamente unificado num único conceito e, por outro lado, representado como um sujeito difuso que está em todas as partes. Reconhecemos, desse modo, a inadequação de se trabalhar com a noção de violência urbana, em função, sobretudo, da reificação que expressa, "pois, em lugar de descrever, age socialmente, produz uma performance e um resultado... exige uma intervenção ou produção de uma situação contrária" (MISSE, 2003, p. 19-20), e tendo em vista a sua necessária superação, direcionamos a análise a insegurança urbana, com base na qual se pretende explicitar as relações entre as dimensões objetivas e subjetivas que a constituem e as relações de poder subjacentes.

Tudo indica que há um forte recrudescimento da sensação de insegurança, que não é exclusivo do Brasil, embora aqui adquira especificidades. As estatísticas, a despeito do seu caráter problemático, mostram que a criminalidade tem crescido, mas há importantes variações regionais. Nesse sentido, partimos do pressuposto de que a problematização das relações entre violência real e violência representada é necessária, uma vez que, numa sociedade caracterizada pela presença de múltiplas formas de violência, a violência representada é, ao mesmo tempo, uma resposta a uma violência real e um estímulo à outra nova violência (IMBERT, 1992, p. 5). Nesse contexto, o papel da mídia é fundamental, frente à sensação de medo difuso, ela formaliza o real, fazendo circular o medo também através da repetição e do sensacionalismo. Num movimento aparentemente contraditório, mas dotado de forte relação de complementaridade, a mídia age dentro de limites, impostos pela referida necessidade de identificação com seus telespectadores, leitores, ouvintes... , mas também introduz novidades, tanto por pressão do próprio real, como em defesa dos interesses de anunciantes. Assim, tende a garantir a reprodução do *status quo*, sem, no entanto, deixar de conferir-lhe certa permeabilidade.

Desse movimento e de suas ambigüidades, a própria expansão dos *habitats* fechados e do urbanismo defensivo nas cidades brasileiras, são expressões. Ainda que o *marketing* de que se valem os grandes empreendedores imobiliários seja inegavelmente eficaz, e que tenha sido fortemente sustentado pela mídia, seria preciso perguntar por que a ex-

pansão dos loteamentos horizontais fechados não ocorreu nos anos 1970, quando eles começaram a aparecer.

Em outros termos, crises econômicas, hegemonia neoliberal com tantos desdobramentos, como a desregulamentação e o encolhimento do mercado de trabalho, privatizações, etc. forneceram o contexto adequado que, acrescido da cobertura dada pela mídia à violência urbana, foi bem explorado pelos agentes imobiliários, não por acaso, particularmente nas cidades brasileiras, nas quais os impactos das mudanças ocorridas a partir dos anos 1980 foram mais drásticos. Nessas cidades, além de símbolos de *status*, os loteamentos fechados passaram a ser, eles próprios, representações simbólicas, materializadas no espaço, da insegurança, que é, assim, retroalimentada, conforme observado por Oliveira (2009).

Mas, ocasionalmente, tanto a realidade, em sua diversidade, como a necessidade de surpreender os telespectadores, com recursos sensacionalistas, por exemplo, cada vez mais freqüentes, pressionam no sentido da divulgação de notícias em que os protagonistas dos crimes não correspondem aos estereótipos, ou seja, não são aqueles que deveriam ser. O caráter difuso da violência se impõe novamente, gerando um "drama social" (ADORNO; CARDIA,1999, p. 88), sem, no entanto, chegar a abalar o poder e a permanência dos estereótipos, em mais uma "resistência a mudança" (JOVCHELOVITCH, 2002, p. 40). Frequentemente, essa convivência se estrutura na contraposição de mecanismos de proteção adotados "portas adentro" e "portas a fora", nos quais, o velho e o novo se materializam, em suas relações cotidianas contraditórias, nos espaços simultaneamente concretos e abstratos que produzem rotineiramente (CARLOS, 1996; SOBARZO, 2005):

> *"Eles vão nos matar, porque eles estão em qualquer lugar... Hoje ele é rico, anda num carro melhor que o meu, você nunca imaginaria que ele á bandido" (Entrevista realizada em Presidente Prudente).*

Em Presidente Prudente, também utilizamos como fonte de pesquisa dois jornais locais, O Imparcial e Oeste Notícias, nos quais identificamos a centralidade crescente, a partir dos anos 2000, de matérias que estabeleciam relações diretas entre a presença dos presídios na região e o aumento da insegurança, embora nenhum dos sujeitos encarregados da emissão desses discursos tenha apresentado dados que comprovassem essas correlações:

> *"Eu não sei se esse negócio dos presídios colaborou, mas é uma coincidência..." (Entrevista realizada em Presidente Prudente).*

> *"Eu acho esse monte de penitenciárias que vieram para cá, que os estudos falam que não. Eles quase que provam que não, mas para mim é" (Entrevista realizada em Presidente Prudente).*

O presente: entre o passado e o futuro

Em Presidente Prudente entrevistamos alguns citadinos que residem há mais de 20 anos em loteamentos fechados, caracterizando-se, portanto, uma dinâmica iniciada nos anos 1970, ainda que tenha ficado limitada a implantação de dois pequenos empreendimentos até os anos 1990, quando experimentou forte aceleração. Nessa cidade, alguns dos entrevistados nos forneceram muitos indícios sobre as dinâmicas internas aos loteamentos, mas também sobre as externas, relativas à cidade, possibilitando a apreensão de uma multiplicidade de movimentos que caracterizaram os processos de urbanização nes-

ses últimos 20 anos. Esse foi o caso, principalmente, de uma entrevista realizada com um casal de moradores de loteamento fechado implantado em 1980, tendo sido a terceira família a se mudar.

No que se refere às mudanças identificadas a partir dessa entrevista, em primeiro lugar, cabe abordar a mudança em relação às representações da insegurança. Como muitos casais nos relataram, também nesse caso, o fato da esposa, então com dois filhos pequenos, ficar muitas vezes só em casa, com as crianças, foi o fator que impulsionou a busca por uma residência que lhe proporcionasse mais segurança. Foi assim que compraram a residência nesse loteamento, então recentemente implantado. Porém, de forma notadamente contraditória, atribuíram perigo a presença de uma maioria de terrenos desocupados que caracterizava o interior do Jardim João Paulo II, nos primeiros anos em que ali residiram. Com base em tal caracterização, justificaram a presença de grades nas duas janelas da sala e o hábito de deixar as portas trancadas.

Relacionando diretamente as mudanças ocorridas em Presidente Prudente e região, com aquelas ocorridas intramuros, atribuíram à vinda dos presidiários, seus familiares e companheiras, o aumento da ocorrência de crimes violentos, dos quais ficam sabendo, cotidianamente, através da mídia, e explicaram, com base na "mudança de valores". Em função de tal explicação, expressaram suas preocupações frente ao desconhecimento sobre a trajetória pregressa de cada um dos cerca de 20 funcionários do loteamento e, principalmente, daqueles contratados temporariamente, nas novas construções.

Desse modo, embora anteriormente, simultaneamente aos terrenos desocupados, já estivessem presentes as edificações em construção, com seus trabalhadores temporários, foi em relação aos primeiros que construíram sua representação da insegurança entre as décadas de 1980 e 1990. Nos últimos anos, quando os terrenos desocupados se tornaram raros nesse loteamento, tal representação foi personalizada pelos trabalhadores, principalmente os "auxiliares de pedreiros", em relação aos quais, observaram que essa é a profissão mais costumeiramente declarada por criminosos e desocupados.

Quando descreveram as medidas adotadas para enfrentar tais problemas, ou seja, quando chegamos às práticas, deparamo-nos com procedimentos que não se limitam a tratar com suspeição os trabalhadores eventuais, tais como, cadastro (mediante apresentação de certidão negativa de antecedentes criminais) e elaboração de carteira com foto.

Sem perder de vista a rigidez variada, entre loteamentos, no controle do acesso dos não residentes, ao mesmo tempo em que constatamos um foco maior nos trabalhadores, foi nos loteamentos implantados pelo Grupo Damha, visitados em Presidente Prudente e em São Carlos, que nos deparamos com as práticas discriminatórias mais patentes, materializadas logo na chegada, com entradas separadas para residentes e não residentes nas portarias sempre monumentais, guarnecidas por guaritas, câmeras e cancelas.

Em São Carlos, o empreendimento é composto por três grandes loteamentos fechados[2], além de um campo de golf, uma hípica e um parque ecológico. Localizado há poucos quilômetros da área urbana consolidada de São Carlos, foi, sem dúvida, o loteamento mais ousado, do ponto de vista do mercado imobiliário, e o mais luxuoso, que visitamos. Não por acaso, também foi aquele que mais se destacou pela discriminação explícita com que são tratados os trabalhadores, tanto da construção, como empregadas domésticas.

No loteamento visitado havia duas portarias, ambas monumentais, uma destinada apenas aos trabalhadores, com regras rígidas de controle e horário diferenciado, e outra destinada aos moradores e suas visitas. Foi nesse loteamento, ainda pouco edificado e escassamente ocupado, que ocorreram os casos mais radicais de discriminação de trabalhadores, dos quais tivemos conhecimento, não por intermédio de moradores, mas sim, a partir de entrevista com um engenheiro responsável pela construção de uma residência. Segundo seu depoimento, em visita ao Damha I para acompanhar obra sob responsabili-

dade do seu escritório de engenharia, foi informado de que os trabalhadores da construção estavam proibidos de entrar de carro. Frente a tal fato, comunicou ao proprietário contratante que não continuaria com o trabalho, explicando suas razões. A partir dessa reação, o contratante buscou mobilizar-se junto à associação de moradores e a questão chegou até a Associação dos Engenheiros, mas o resultado limitou-se a exclusão dos engenheiros e arquitetos da proibição de entrar de carro no Damha I.

A despeito das estratégias de classificação e ordenamento desses espaços internos e dos sujeitos que lá atuam, não se pode identificar em tais mecanismos discriminatórios, qualquer esforço para possibilitar um controle sutil, nos moldes panópticos idealizados por Benthan, já no século XVIII. Nesses *habitats* fechados, o princípio da visibilidade constante dos corpos, que devia assegurar o controle racional, sem a necessidade de mais investimentos em equipamentos, deu lugar à visibilidade dos aparatos de controle, tão importantes, por seu caráter ostensivo, quanto à visibilidade dos corpos.

Não há sutileza nesses casos, mas sim uma exacerbação interna de práticas de controle e regulação presentes na cidade, sem, no entanto, preocupação com o respaldo da legislação. Como tal legislação é fruto de pactos e relações políticas historicamente produzidas, esses também são negados pelos seus moradores.

Assim, chegamos a uma das características principais, talvez, a mais central dos novos *habitats* fechados, a contraditória incorporação de um dos traços centrais das cidades contemporâneas – a inevitável e problemática presença cotidiana dos trabalhadores pobres – porém, controlada por mecanismos pautados na discriminação que ferem os princípios básicos da Constituição Brasileira. A presença dos muros e o próprio desejo de separação assumem, dessa perspectiva, outro significado, cujas implicações políticas para a cidade e a sociedade não podem ser desprezadas.

Com o intuito de conferir historicidade aos conteúdos dessas entrevistas, nos questionamos sobre o papel desempenhado pela poderosa representação dos pobres perigosos, largamente constatada por diferentes pesquisadores. Levando-se em conta que, em boa parte, a importância dessa representação reside na sua permanência ao longo da História do Brasil, seria possível supor que, ao longo dos anos 1980, em cidades do interior paulista, ela não influenciasse nas representações sociais de seus habitantes? Se a ausência de pessoas, materializada nos lotes não edificados do Jardim João Paulo II, durante os anos 1980, era perigosa, é necessário identificar os fatores que impulsionaram o processo de mudança de tais representações sociais.

Enfatizando o contexto brasileiro e as relações entre mudança política e forma urbana, Caldeira (2000) atribui importância ao processo de democratização que, segundo a autora, longe de aproximar as diferentes classes sociais, acabou por estimular a busca de novos mecanismos de distinção. Dessa perspectiva, a violência urbana seria um pretexto para a opção por residir em loteamentos fechados. Para essa antropóloga, a gênese desse processo estaria na década de 1980.

Embora busquemos articular as especificidades do contexto brasileiro com as mudanças mais amplas, não apenas de ordem material, mas também de ordem subjetiva, não encontramos indícios, no conjunto de nossas entrevistas, de relações diretas entre mudanças políticas e percepção da violência urbana, ou representação social da insegurança. Mas encontramos muitos indícios que confirmam o distanciamento cada vez mais radical, entre os diferentes moradores da cidade, expressos de maneiras variadas, cuja afinidade mais evidente parece ser a ausência de características comuns que sejam percebidas pelos moradores de loteamentos fechados que entrevistamos, entre si e em relação aos outros, de fora, ou entre os moradores antigos e os outros, recém-chegados.

No âmbito desse quadro, é mais provável que a presença dos pobres perigosos no interior dos muros dos loteamentos, nos anos 1980 e 1990, tenha sido esquecida, median-

te a emergência das representações atuais de pobres violentos, cotidianamente reiterada e inclusive potencializada pela mídia, conforme acrescentaram nossos entrevistados, cuja atuação se combina a outros fatores da insegurança já mencionados, que a própria mídia acaba por unificar simbolicamente.

Mas, sobretudo em um dos grandes loteamentos localizados em Presidente Prudente, Residencial Damha, cujo cotidiano pudemos acompanhar mais de perto, constatamos que há surpresas, em relação à representação social hegemônica sobre furtos e roubos ocorridos nesses espaços fechados e controlados. Exemplar foi o caso dos furtos ocorridos em três residências, durante o Carnaval de 2008, quando os moradores estavam viajando. Uma dessas moradoras relatou "consternada" que levaram jóias, cartões de crédito e outros objetos de valor de sua residência, sem que nenhum dos seguranças percebesse. Acrescentou que o responsável seria o genro de um morador, que teria se aproveitado da ausência dos moradores, furtado pequenos objetos de valor e saído "sem qualquer problema", com o intuito de comprar drogas de que seria dependente. Como reação ao ocorrido, a moradora declarou-se desiludida com a segurança do Damha e pronta a instalar equipamentos de segurança em sua residência.

Outros casos também foram relatados, como o seguinte:

> *"a família foi viajar e então, ela ficou por um determinado tempo... Ela deixou a janela aberta, por onde o gato entra e sai para comer, e crianças entraram, do condomínio, tomaram as bebidas... Usaram o veículo. Então foi uma coisa mais séria, que pode implicar em outras"* (Entrevista realizada em Presidente Prudente).

Mas os outros moradores, não vitimizados, tenderam a enfatizar a excepcionalidade desses casos. Assim, colhemos depoimentos caracterizados pela contraposição entre a preocupação com problemas sociais, em relação aos quais muitas entrevistadas expressaram forte sensibilidade, e práticas segregadoras e preconceituosas:

> *"Suponhamos que você tem um padrão um pouquinho melhor e você mora em um bairro muito aquém, muito abaixo de você. Eu sou uma pessoa muito mais para a emoção do que para a razão. Eu me sinto mal quando eu vou para algum lugar e infelizmente existe uma diferença que é muito gritante..."* (Entrevista realizada em Presidente Prudente).

> *"É o desemprego, a falta de escola. Essas crianças que estão crescendo na rua. E fora daqui a gente fica muito exposto porque ali onde a gente morava, eles apertavam a campanhia, jogavam as coisas por cima, pulavam muro [...] falta de empenho dos governadores e enfim, e quem sabe se falta nossa também, de estar junto nessa luta..."* (Entrevista realizada em Marília).

Nessa última opinião, se identifica características também presentes, direta ou indiretamente, em várias outras: primeiro, a permanência da relação direta entre pobreza e violência, que justifica dois movimentos simultâneos, a sensibilidade em relação à pobreza e a retirada defensiva da cidade, justificada pela violência, que, em última instância, implicam na defesa da segregação socioespacial dos mesmos sujeitos, os pobres. Mas isso não ocorre tranquilamente, assim, chegamos à segunda característica identificada: embora a referência ao Estado, através dos governantes, esteja presente, ela é seguida da problematização em relação à atuação de cada um, enquanto sujeitos dessa história injusta, cujo caráter incômodo estaria registrado, de forma ambígua, no próprio esforço de amenização presente na expressão inicial "*quem sabe se* falta nossa também, de estar junto nessa luta".

Combinando permanências, representadas pela associação entre violência e pobreza e por outros estereótipos, com mudanças, materializadas, por exemplo, nos altos mu-

ros que assinalam a presença de novas formas de habitar na cidade, identificamos um processo que tende, simultaneamente, a fragmentação da cidade e a sua privatização. Face as suas opções, os moradores desses novos espaços fechados são sujeitos com atuação destacada na produção da cidade, mas de uma cidade em processo de fragmentação que, ao privatizar seus espaços públicos, os condena a destruição, mesmo quando se trata de realidades urbanas não metropolitanas.

Em São Carlos, como nas outras duas cidades pesquisadas, constatamos que, no interior dos loteamentos fechados, "eles", os outros, são os trabalhadores pobres cuja entrada pode ser cada vez mais controlada, porém, como demonstra toda a "história da cidade do capital", jamais evitada. São empregadas domésticas, pedreiros (sobretudo, seus auxiliares) e entregadores, principalmente, aos quais se procura relacionar, direta ou indiretamente (como informantes), todos os casos de assalto e roubo lá ocorridos. Dentre as particularidades dessa cidade, abordadas com base em entrevistas, está a identificação dos "outros perigosos" nos moradores de bairros carentes e periféricos. Alguns entrevistados mencionaram diretamente a "Cidade Araci" e o "Antenor Garcia":

> *"Eu acho que foi uma coisa atípica que aconteceu aqui nessa cidade, que foi a Cidade Aracy, eu acho que esses bairros que foram lançados, foram bairros bem* popularzão *mesmo. Despejava gente do nordeste aqui, só pra povoar lá. Eram ônibus e ônibus que chegavam, era assim, um absurdo. Então, em 15 anos a cidade mudou, não é mais a mesma"* (Entrevista realizada em São Carlos).

> *"Eu atribuo [o aumento da violência na cidade] à criação de dois bairros que foram feitos há uns dez anos aqui em São Carlos, com fins eleitoreiros, que foram doadas terras para lotes para as pessoas que não tinham casa própria para morar, isso em ano de eleição. E acabaram vindo sem tetos de toda a região pra cá. Então foram dois bairros criados que era o Cidade Araci e o Antenor Garcia, aquela região. Não conheço os nomes dos bairros exatamente, mas, que foram criados com essas pessoas que não tinham um rumo, não eram são-carlenses pobres. Os são-carlenses pobres já moravam na (vila) do Gonzaga que teoricamente era uma favela, mas não era uma favela, era urbanizada, de tijolinho. É um bairro muito pobre, que a gente considerava como favela.*
> *Com a criação desses dois bairros que hoje em dia devem ter uns 30 a 50 mil habitantes, sem moradia, sem esgoto, sem nada, então foi aí que a cidade começou a ser invadida por garotos flanelinhas, pedindo esmolas nas ruas, nos ônibus ou para tomar conta do carro, invadindo a tua loja e pedindo trocados para os teus clientes, isso, até a criação deste bairro, não existia na cidade. Você podia sair à noite, era uma cidade que, lógico, tinha suas ocorrências, mas eram fatos muito isolados, esporádicos, com a criação desses bairros, isso se tornou freqüente"* (Entrevista realizada em São Carlos).

Nesse caso, o peso das permanências foi evidenciado quando, durante entrevista com o Secretário de Habitação de São Carlos, Ricardo Martucci, ouvimos uma descrição da "Cidade Araci" que se caracteriza, principalmente, pela dinâmica:

> *"hoje, olha, o bairro está inteirinho asfaltado, está inteirinho com serviços públicos, tem drenagem, tem escola, tem centro de requalificação de jovens e adultos, centro de alfabetização, tem tudo aqui, agora. Em seis anos nós conseguimos por este bairro [...] todo mundo ficou bobo, falou, 'nossa senhora, a Cidade Aracy está outra, como é que vocês conseguiram em seis anos, tal...'"*

Assim, nas cidades pesquisadas identificamos representações sociais comuns e particulares dos "outros", responsabilizados pela insegurança crescente e unanimemente

reconhecida. Alguns deles estão, supostamente, presentes em todas elas, como presidiários, seus familiares e soldados, desde que a política penitenciária do Governo Covas foi implementada, nos anos1990. Outros sujeitos foram personificados em certos moradores e diretamente relacionados a bairros específicos, sempre carentes e periféricos. Se levamos em conta também que, por exemplo, o Residencial Damha e a Cidade Araci, em São Carlos, são territórios contemporâneos, ou seja, que compartilham de um mesmo tempo, mas que se procura evitar que compartilhem um mesmo espaço, comprovamos a indissociabilidade das categorias tempo e espaço na compreensão da cidade.

Notas

[1] As entrevistas foram realizadas no âmbito da pesquisa "Urbanização difusa, espaço público e insegurança urbana", em conjunto com a professora Maria Encarnação Beltrão Spósito, financiada pela Fapesp, na qual estudamos os casos de Marília, Presidente Prudente e São Carlos, no Estado de São Paulo, caracterizados como cidades médias, porque desempenham papéis intermediários e ou regionais no conjunto da rede urbana, cidades estas que também são consideradas de porte médio em razão de seu tamanho demográfico, definido pelo IPEA – Instituto de pesquisa Econômica Aplicada -, no Brasil, entre 50 e 500 mil habitantes.

[2] Dois dos quais já haviam sido lançados em 2008 e apenas um tinha famílias residentes.

Referências

ADORNO, S. e CARDIA, N. Dilemas do controle democrático da violência: execuções sumárias e grupos de extermínio. In: SANTOS, J. V. T. (org.) dos. *Violência em tempo de globalização*. São Paulo: Hucitec, 1999, p. 66-90.

ANDRÉ, André L. Vida Bandida! Marginalização, sistema de trocas simbólicas e identidade (Monografia de Bacharelado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Presidente Prudente, 2004.

BAUMAN, Z. *Tempos Líquidos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

BENÉVOLO, L. *História da Cidade*. São Paulo: Perspectiva, 2003.

Caldeira, T. P. do Rio. *Cidade de muros* – Crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Ed.34-Edusp, 2000.

CARLOS, A. F. A. *O lugar no-do espaço*. São Paulo: Hucitec, 1996.

GINZBURG, C. *Mitos, emblemas e sinais*. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

IMBERT, G. *Los escenarios de la violência*. Barcelona: Icaria, 1992.

JOVCHELOVITCH, S. *Representações sociais e esfera pública.* A construção simbólica dos espaços públicos no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2000.

MISSE, M. A violência como sujeito difuso. In: FEGHALI, J.; MENDES, C. e LEMGRUBER, J. *Reflexões sobre a violência urbana*. Rio de Janeiro: Mauad, 2003, p.19 – 31.

OLIVEIRA, Maria A. de. *Espaços de simulação: aspectos materiais e simbólicos da produção e apropriação dos loteamentos fechados ribeirinhos em Buritama, Zacaria e Penápolis – SP* (Dissertação de mestrado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Presidente Prudente, 2009.

PEDRAZZINI Y. *A violência das cidades*. Petrópolis: Vozes, 2006.

RIBEIRO, A. C. T. Ribeiro. Conferência de abertura do I Cimdepe - Seminário Internacional Cidades Médias: Dinâmica Econômica e Produção do Espaço Urbano, Presidente Prudente/SP, 2005.

SADER, E. *Quando novos personagens entram em cena*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

SECCHI, Bernardo. A cidade contemporânea e seu projeto. In: REIS, Nestor G.; PORTAS, Nuno; TANAKA, Marta S (coords.). *Dispersão Urbana*. Diálogos sobre pesquisas Brasil – Europa. São Paulo: FAO/USP, 2007, p. 111-139.

SOBARZO, O. *Os espaços da sociabilidade segmentada: a produção do espaço público em Presidente Prudente*. Presidente Prudente, 2005 (Tese de Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Presidente Prudente, 2005.

* Doutora em História pela UNESP, professora dos Cursos de graduação em Geografia e em Arquitetura e Urbanismo da FCT - UNESP. Email: edagoes@fct.unesp.br